

TCE-RN	
Fls.:	_____
Rubrica:	_____
Matrícula:	_____

Processo nº: 11811/2002

Assunto: Apuração de Responsabilidade

Interessado: Prefeitura Municipal de Timbaúba dos Batistas

Responsável: José Nazareno Batista **CPF:** 154.865.914-20

DESPACHO

Em conformidade com o artigo 339, inciso II do Regimento Interno do Tribunal de Contas do RNⁱ e o artigo 25, inciso I da Resolução 013/2015ⁱⁱ, notifique-se a **IPERN**, órgão ao qual está vinculado o(a) Senhor(a) **José Nazareno Batista**, responsável pelo pagamento de multa a esta Corte no valor atualizado de **R\$ 8.343,12 (Oito mil trezentos e quarenta e três reais e doze centavos)**, para que àquele efetive o desconto integral ou parcelado de tal dívida nos vencimentos, subsídios, salários ou proventos do(a) servidor(a), observados os limites previstos na legislação aplicável sob pena de multa.

Ressalte-se que o órgão responsável pela efetivação do desconto em folha deverá comprovar perante esta Corte de Contas no prazo de **15 (quinze) dias**, a realização do desconto, bem como o crédito na Conta Corrente do TCE/RN FRAP OUTRAS FONTES (**Banco do Brasil, CC: 700.000-6, AG: 3795-8**).

Natal/RN, 12 de julho de 2017.

Maria Esther Fernandes de Melo

Matrícula nº 9951-1

Eduardo Felipe Borges Carneiro Costa

Diretor de Atos e Execuções do TCE/RN

ⁱ Art. 339. Expirado o prazo sem manifestação do responsável, determinará o Tribunal:
(...)

II – sendo este agente público, o desconto integral da dívida nos respectivos vencimentos, subsídios, salários ou proventos, observados os limites previstos na legislação aplicável, notificando-se o titular do órgão responsável pela elaboração da folha de pagamento para esse fim, o qual deve comprovar o respectivo desconto e crédito na conta especificada na decisão, mediante documento hábil, no prazo de quinze dias após a sua efetivação, imediatamente subsequente àquele procedimento; (...) (grifo nosso)

ⁱⁱ Art. 25. Expirado o prazo do art. 14 desta Resolução sem manifestação do responsável, pode o Tribunal de Contas do Estado, observada a inscrição do responsável no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Tribunal de Contas do Estado:

I – impor ao responsável o desconto integral da dívida nos respectivos vencimentos, subsídios, salários ou proventos, observados os limites observados na legislação aplicável; (...) (grifo nosso)